

Número do documento:

RESOLUÇÃO Nº 52/2024

Assunto: *Apreciação e deliberação sobre o Projeto De Braços Abertos – Atenção desde o primeiro cuidado. Que tem como objetivo principal qualificar profissionais e gestores da APS visando a organização e aperfeiçoamento dos processos de trabalho, promovendo a integração com os demais níveis de atenção à saúde e, assim, melhorar o desempenho de toda a Rede de Atenção à Saúde.*

O Conselho Estadual de Saúde do Ceará – Cesau/CE, no uso de suas competências e atribuições conferidas pelas Leis Federais Nº 8.080/90 e 8.142/90, Lei Estadual Nº 17.438 de 9 de abril de 2021, e pelo seu Regimento Interno.

CONSIDERANDO o art. 196 da Constituição Federal de 1988, que dispõe a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.080/1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.142/1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

CONSIDERANDO o Decreto Nº 7.508, de 28 de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 141/2012 que Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

CONSIDERANDO a Portaria nº 198/GM, de 13 de fevereiro de 2004, que cria a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 1.996, DE 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

CONSIDERANDO o debate político e histórico que o Movimento Nacional de Residências em Saúde composto pelo Fórum Nacional de Residentes em Saúde; Fórum Nacional de Tutoras/es e Preceptoras; Fórum Nacional de Coordenadoras/es de Residências em Saúde; e Fórum Nacional de Apoiadoras/es de Residências em Saúde tem feito acerca da absorção de egressas e egressos de Programas de Residências em Saúde para fortalecimento do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei 9.839 de 23 de Setembro de 1999 que Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 2.436 de 21 de Setembro de 2017, que prova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Nacional de Saúde - CNS nº 714, de 02 de Julho de 2023 que dispõe sobre Campanha pela Criação de Conselhos Locais de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde do SUS.

CONSIDERANDO a deliberação da 7ª reunião ordinária da Câmara Técnica de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, realizada em 03/09/2024, após apresentação do projeto pela Coordenadora de Atenção Primária e Políticas de Saúde e debate entre as/os membros presentes.

CONSIDERANDO a deliberação da 2ª reunião extraordinária da Câmara Técnica de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde – CTGTES, realizada em 07/10/2024, após apresentação do projeto pela Coordenadora de Atenção Primária e Políticas de Saúde e debate entre as/os membros presentes.

CONSIDERANDO a deliberação da 1ª reunião Conjunta entre as Câmara Técnica de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde e Câmara Técnica de Acompanhamento da Regionalização da Assistência do SUS Ceará – CANOAS, realizada em 15/10/2024, após apresentação do projeto pela Coordenadora de Atenção Primária e Políticas de Saúde e debate entre as/os membros presentes;

CONSIDERANDO que o referido projeto já vem sendo executado enquanto piloto para atender as demandas da Atenção Primária do Estado.

CONSIDERANDO a Recomendação nº 02/2024 Conjunta da *Câmara Técnica de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde – CTGTES e Câmara Técnica de Acompanhamento da Regionalização da Assistência do SUS Ceará – CANOAS /Cesau/CE*;

CONSIDERANDO a deliberação do Pleno do Conselho Estadual de Saúde em sua 512ª Reunião Ordinária Presencial realizada nos dias 16 e 17 de outubro de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Projeto de Braços Abertos que tem como objetivo principal qualificar profissionais e gestores da APS visando a organização e aperfeiçoamento dos processos de trabalho, promovendo a integração com os demais níveis de atenção à saúde e, assim, melhorar o desempenho de toda a Rede de Atenção à Saúde.

Art. 2º. Cabe a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará garantir para coordenar a execução do presente programa, em seu eixo 3, pesquisador/a de notória especialização e reconhecido/a no âmbito científico e acadêmico, com vínculo com universidade de excelência no estado do Ceará, objetivando a qualidade do trabalho.

Art 3º. Participação do CESAU no grupo gestor do referido Projeto.

Art. 4º. A Planificação e os processos de Educação Permanente em Saúde deverão envolver a participação popular e inserir nas atividades a constituição de Conselhos Locais de Saúde, conforme Resolução nº 714/2023 do Conselho Nacional de Saúde - CNS;

Art. 5º. O referido projeto deverá integrar a Rede Saúde Escola do estado e daqueles Municípios que a tiverem, valorizando os Núcleos Regionais de Educação Permanente em Saúde - NUREPS e Núcleos Municipais de Educação Permanente em Saúde - NUMEPS e fomentando a abertura de NUMEPS nos municípios onde ainda não tem.

Art. 6º. As/os articuladoras/es a serem contratadas/os sejam especialistas em Atenção Primária em Saúde e/ou Estratégia de Saúde da Família, pois o Ceará é referência nacional de formação na modalidade Residências em Área Profissional da Saúde. Garantindo a qualidade para o projeto, a longitudinalidade da carreira para o SUS por meio da absorção de egressas/os de Residências em Saúde da Família e congêneres.

Art. 7º. A Secretaria da Saúde do Estado do Ceará garanta a participação das Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena nas atividades do Projeto.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no Diário Oficial do Estado. Ficam revogadas as disposições em contrário;

Plenário do Conselho Estadual de Saúde do Ceará – Cesau/CE

Fortaleza, 16 de outubro de 2024



Francisco Adriano Duarte Fernandes

Presidente



Ana Paula Silveira de Moraes Vasconcelos

Vice-Presidente



Carmem Sílvia Ferreira Santiago

Secretária-Geral



Suelany Rodrigues Vieira

Secretária-Adjunta